

Promover a paz e tornar a globalização mais justa *Interna e externamente*

**Edelgard Bulmahn, Hans-Joachim Giessmann,
Bodo Schulze, Andreas Wittkowsky**

MAIO DE 2017

- O ponto de partida: Um mundo que enfrenta várias rupturas: Encontramo-nos em uma época de transição com final incerto. Por conseguinte, importa mais do que nunca concentrarmos nossos esforços para fomentar a paz, resolver conflitos internos e externos de forma construtiva bem como tornar as condições gerais globais sustentáveis e justas, visto que há uma interação entre todas essas questões.
- A erosão da ordem internacional: A ordem mundial atual, fundada sobre o direito internacional e o multilateralismo, está sendo cada vez mais questionada. Notamos uma propagação de regimes autoritários e abordagens políticas que seguem esta linha. Até mesmo as democracias mais antigas parecem não estar mais a salvo dessa tendência. A Europa é percebida como instável e fraca em matéria de atuação. Apesar da Europa Ocidental poder celebrar o período de paz mais longo da sua história, essa paz, conquistada tão arduamente, já não parece mais ser algo natural ou óbvia.
- Nacionalismo e abordagens políticas autoritárias: Os aspectos negativos de uma globalização sem regulamentação e proteção social adequadas estão ficando visíveis inclusive no “Norte político”. A crítica construtiva à globalização, que se baseia na compensação dos efeitos negativos da globalização e da justiça distributiva, não tem surtido os efeitos esperados. Sob ameaça está a coesão até mesmo em sociedades democraticamente constituídas. Os diversos medos difusos diante da globalização e o fosso crescente entre ricos e pobres vem acompanhados por uma perda de confiança nas instituições estatais. Quem se beneficia dessa situação são aqueles que defendem soluções aparentemente mais fáceis.

Sumário

1. Ponto de partida: Um mundo que enfrenta várias rupturas	3
1.1 A erosão da ordem internacional	3
1.2 Nacionalismo e práticas políticas autoritárias	4
2. Nossa reivindicação: Promover a paz, reforçando-a interna e externamente	4
2.1 Promover a paz internamente	5
2.2 Promover a paz externamente	6
2.3 Reforço estrutural da promoção da paz	10



- Nossa reivindicação: Promover a paz, reforçando-a interna e externamente: Ao usar a promoção da paz e a gestão de conflitos de forma consciente e direcionada como instrumentos para moldar o futuro, deve-se levar esses desenvolvimentos em consideração e apontar alternativas políticas viáveis, consensuais e voltadas para o futuro. Para conseguir isso, precisamos de uma cooperação abrangente para aprofundar a discussão sobre as visões de um ordenamento político sustentável, pois o *business as usual*, ou seja, continuar fazendo as coisas como sempre se fez, não serve mais.
- Promover a paz internamente: O fomento da paz no plano interno visa defender valores sociais essenciais, tais como liberdade, democracia, justiça social, solidariedade e o princípio do estado de direito, e ainda ajuda a assegurar seus fundamentos sociais. Logo, é importante fazer uma política que tenha o apoio de vastas camadas da população. Essa política deve combater as tentativas de nos dividir, que surgem de forma mais pronunciada nas nossas sociedades, e favorecer uma conduta não violenta ao lidar com os desafios políticos e sociais.
- Promover a paz externamente: A promoção da paz no exterior serve para fortalecer relações internacionais alicerçadas na paz e na cooperação, assegurando ao mesmo tempo as condições marco para a nossa paz e segurança bem como a nossa prosperidade. Através da cooperação em plena parceria com países aliados e parceiros,

esta estratégia ainda ambiciona realizar a meta inscrita no preâmbulo da nossa constituição, a Lei Fundamental: dar uma contribuição para a paz no mundo.

- Reforço estrutural da promoção da paz: Um fomento efetivo da paz exige uma política de paz claramente articulada, além de uma abordagem que siga uma estratégia interdisciplinar, desenvolvida em rede e consistente do ponto de vista conceitual. Porém, este apoio requer recursos pessoais, institucionais e financeiros suficientes. Contudo, o que também se faz necessário, é uma discussão honesta para avaliar onde e por que o nosso empenho não foi bem-sucedido até agora.

1. O ponto de partida: Um mundo que enfrenta várias rupturas

Encontramo-nos em uma época de transição com final incerto. Por conseguinte, importa mais do que nunca concentrarmos nossos esforços para fomentar a paz, resolver conflitos internos e externos de forma construtiva bem como tornar as condições gerais globais sustentáveis e justas, visto que há uma interação entre todas essas questões.

1.1 A erosão da ordem internacional

A ordem mundial atual, fundada sobre o direito internacional e o multilateralismo, está sendo cada vez mais questionada. Notamos uma propagação de regimes autoritários e abordagens políticas que seguem esta linha. Até mesmo as democracias mais antigas parecem não estar mais a salvo dessa tendência. A Europa é percebida como instável e fraca em matéria de atuação. Apesar da Europa Oci-



dental poder celebrar o período de paz mais longo da sua história, essa paz, conquistada tão arduamente, já não parece mais ser algo natural ou óbvio. As bases legais da cooperação europeia, os princípios da Ata Final de Helsínki da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e os acordos sobre controle de armas e desarmamento estão sofrendo ameaças por todos os lados. A ordem mundial unipolar estabelecida após a Segunda Guerra anda abalada. As intervenções das últimas décadas fizeram com que a capacidade formativa global dos EUA esbarasse nos seus limites. Existem vários desafios, entre estes estão uma Rússia com uma postura gradativamente mais revanchista e uma China cada dia mais forte, além de atores transnacionais violentos, como DAESH/IS ou Al Qaeda. Eles querem zonas de influência regional exclusivas, espaços com vazios legais de hegemonia autoritária e uma política mundial, na qual o direito do mais forte se sobrepõe à força da lei.

Um novo rearmamento já começou. A anexação da Criméia e o conflito armado na Ucrânia do Leste comprometeram a confiança em uma parceria de segurança estável com a Rússia. Nesse meio tempo, está surgindo uma nova linha divisória entre Leste e Oeste na Europa, um novo sistema de dissuasão mútua e isso está acontecendo precisamente em um momento, em que a paz na Europa depende como nunca dantes da cooperação e coesão entre todos os países e todas as sociedades.

Essa evolução também começa a pôr em causa avanços inegáveis dos últimos anos, nomeadamente a criação de mecanismos de cooperação na esfera internacional para lidar com as questões globais mais relevantes do futuro. Nesse contexto, devemos citar, sobretudo, o Acordo de Paris, conhecido como Acordo sobre o Clima, e a aprovação das Metas de Desenvolvi-

mento Sustentável, as MDS (ou SDG - *Sustainable Development Goals* em inglês), no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas.

1.2 Nacionalismo e abordagens políticas autoritárias

Os aspectos negativos de uma globalização sem regulamentação e proteção social adequadas estão ficando visíveis, inclusive no “Norte político”. A crítica construtiva à globalização, que se baseia na compensação dos efeitos negativos da globalização e da justiça distributiva, não tem surtido os efeitos esperados. Sob ameaça está a coesão até mesmo em sociedades democraticamente constituídas. Os diversos medos difusos diante da globalização e o fosso crescente entre ricos e pobres vem acompanhados por uma perda de confiança nas instituições estatais. Quem se beneficia dessa situação são aqueles que defendem soluções aparentemente mais fáceis. Não só na Europa mas mundo afora, os partidos nacionalistas estão conquistando espaço, vozes autoritárias e cada vez mais autocráticas conseguem mobilizar um grande número de seguidores. Eles retratam a integração europeia, a parceria transatlântica, os acordos internacionais e o encontro de culturas diferentes como uma ameaça para a sociedade. Suas crenças políticas vão contra a ideia de uma sociedade livre e humanista.

2. Nossa reivindicação: Promover a paz, reforçando-a interna e externamente

Ao usar a promoção da paz e a gestão de conflitos de forma consciente e direcionada como instrumentos para moldar o futuro, deve-se levar esses desenvolvimentos em consideração e apontar alternativas políticas viáveis, consensuais e voltadas para o futuro. Para conseguir isso, precisamos de uma coopera-



ção abrangente para aprofundar a discussão sobre as visões de um ordenamento político sustentável, pois o *business as usual*, ou seja, continuar fazendo as coisas como sempre se fez, não serve mais.

Por um lado, a interdependência entre paz interna e externa ganha importância maior nesse contexto, dado que o aumento de conflitos internos prejudica a nossa capacidade de promover a paz no exterior. Conflitos nas nossas próprias sociedades consomem recursos expressivos, em consequência, nota-se nitidamente que a força da União Europeia como farol e âncora estabilizadora diminuiu, o que resulta em novas instabilidades na periferia da Europa. Por outro lado, a nossa capacidade de impedir ou gerir conflitos na vizinhança europeia imediata ou distante, ajuda a fortalecer a nossa paz interna, pois passamos a sentir as consequências mais diretamente. Ao consolidarmos a paz no seio das nossas sociedades, também aumentamos a probabilidade de termos sucesso no fortalecimento da paz no exterior e vice-versa.

2.1 Promover a paz internamente

O fomento da paz no plano interno visa defender valores sociais essenciais, tais como, liberdade, democracia, justiça social, solidariedade e o princípio do estado de direito, e ainda ajuda a assegurar seus fundamentos sociais. Logo, é importante fazer uma política que tenha o apoio de vastas camadas da população. Essa política deve combater as tentativas de nos dividir, que surgem de forma mais pronunciada nas nossas sociedades, e favorecer uma conduta não violenta ao lidar com os desafios políticos e sociais.

■ A mais-valia inegável da cooperação internacional e de acordos internacionais somente poderá ser garantida de forma duradoura, se a

globalização for socialmente aceitável no plano interno e possuir legitimidade democrática. Exatamente nesse aspecto há um grande atraso. Precisamos, sobretudo, de abordagens que melhorem a justiça distributiva, a igualdade de oportunidades e a coesão interna nas nossas sociedades, o que deve ser alcançado por meio da integração em vez exclusão.

■ Julgamos decisivo reforçar a **confiança da população na competência e capacidade das instituições públicas de solucionar conflitos** e renovar o pacto social entre Estado e sociedade. Tal esforço requer não apenas novas formas de participação nos processos de decisão democráticos, mas também exige que os tomadores de decisões políticas sejam mais responsabilizados e que a prática de lobby tenha limites bem definidos. Na questão da segurança pública, é inevitável estimular um debate baseado em fatos sobre a relação entre sensação de segurança subjetiva, ameaças objetivas, déficits institucionais dos órgãos de segurança e política baseada em símbolos.

■ A Alemanha precisa de uma **lei de imigração** que estabeleça claramente quais são as pré-condições da imigração, em especial, no caso de migração por questões econômicas. Por fim, tal legislação também terá de fortalecer os direitos de proteção de refugiados e requerentes de asilo.

■ Defendemos uma **melhor integração social de grupos especialmente vulneráveis** (principalmente, jovens recém-saídos da escola, jovens desempregados, refugiados menores de idade desacompanhados, famílias em bairros problemáticos). Faz-se necessário um programa nacional de apoio a projetos de formação e formação continuada bem como ajudas específicas de inserção no mercado de trabalho formal ou primeiro mercado de trabalho e no assim chamado segundo mercado de trabalho



custeado com subsídios.

■ Diante do solo fértil para a radicalização e propensão à violência no seio da nossa sociedade é mister uma **ampliação dos programas de desradicalização**. A análise de causas e indutores do esmorecimento da coesão social e da radicalização política resultante na Europa bem como o acompanhamento conceitual desses programas na Alemanha e na Europa podem contribuir para uma melhor compreensão das correlações e para um desenvolvimento de contramedidas apropriadas. Poder-se-ia, por exemplo, pensar em um programa de pesquisa especial do governo alemão nos moldes do projeto “Salafismo na Alemanha”, a ser realizado sob a égide da Fundação Alemã de Pesquisa da Paz (DSF).

■ Vislumbramos no tratamento cuidadoso de tensões sociais nas esferas local e municipal o potencial para um enfrentamento crítico dos fenômenos da violência cotidiana. É necessária uma clara inversão da tendência e um novo **incremento do trabalho de juventude na esfera local**. Fatores de mobilização como idioma, cultura, etnia ou religião devem ter maior consideração na formação, no recrutamento de pessoal e na prática de mediação.

■ Entendemos o fortalecimento de uma cultura da paz na nossa sociedade como a principal **tarefa da formação**. A inclusão de elementos da pedagogia da paz nos currículos promove a capacidade tanto de crianças quanto jovens de superar conflitos e tensões sem recorrer à violência. Uma objetivação e análise crítica dos conceitos políticos de grupos e movimentos populistas bem como a promoção da coragem cívica fazem parte dessa missão. O ponto de serviço de Baden-Württemberg representa um exemplo a ser seguido pelos outros estados alemães, no que diz respeito à cooperação entre governo esta-

dual, Agência Estadual de Formação Política (*Landeszentrale für Politische Bildung*) e outras instituições de ensino bem como organizações da sociedade civil.

■ Somos da opinião que é indispensável e urgente usar todos os recursos que estão à disposição do estado de direito para coibir a **propaganda do ódio** - não importa contra quem ela se dirige e se a difusão é por mídia impressa, rádio e televisão ou online. Os autores deste tipo de discurso e os operadores das plataformas usadas para veicular este conteúdo devem ser detectados e responsabilizados no âmbito penal e civil e, sempre que possível, deve acarretar uma revogação da licença de operação.

■ Consideramos imperativo **relembra-mos do processo de integração europeu, cujo norte era ser uma comunidade da paz**, a fim de enfrentarmos a manipulação da opinião de cunho nacionalista e populista. Plataformas adequadas para o diálogo ativo, a troca de opinião e informações bem como a cooperação mereceriam receber mais apoio e, sempre que possível, deveriam ser estendidas, a exemplo das assim chamadas Casas Europeias, dos programas de intercâmbio e das viagens de estudo conjuntas.

2.2 Promover a paz externamente

A promoção da paz no exterior serve para fortalecer relações internacionais alicerçadas na paz e na cooperação, assegurando ao mesmo tempo as condições marco para a nossa paz e segurança bem como a nossa prosperidade. Através da cooperação em plena parceria com países aliados e parceiros, esta estratégia ainda ambiciona realizar a meta inscrita no preâmbulo da nossa constituição, a Lei Fundamental: dar uma contribuição para a paz no mundo.



Estamos cientes do fato de que uma política de prevenção de crises eficaz deve recorrer a todos os instrumentos adequados, podendo demandar inclusive a ameaça e o uso de meios militares – obviamente apenas em casos excepcionais e estritamente delimitados pelo direito internacional, como por exemplo, as operações dos capacetes azuis da ONU. Contudo, não é possível resolver conflitos nacionais ou conflitos entre países por meio de intervenções militares. Com intervenções militares consegue-se apenas impor um cessar-fogo, o conflito propriamente dito precisa ser solucionado por intermédio de negociações e acordos. Eis a razão da enorme importância da prevenção civil de crises e da gestão civil de conflitos para a promoção da paz e da segurança global.

Levando essas considerações em conta, nossas reflexões a seguir referem-se a abordagens civis de promoção da paz e gestão civil de conflitos.

■ Defender e reforçar um **ordenamento internacional baseado em cooperação e regras** deve ser a prioridade em todas as ações da Alemanha. Em primeiro lugar, trata-se de garantir e melhorar a capacidade de atuação da União Europeia. A “Estratégia Global” da União Europeia e o plano de implementação para segurança e defesa deveriam ser aproveitados para intensificar a prevenção, mediação e promoção da paz como elementos centrais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e enfrentar o clamor quase que automático por um aumento das despesas de defesa.

■ A Alemanha deveria participar ativamente dos projetos de reforma nas Nações Unidas, a fim de fortalecer a **capacidade de atuação da ONU** frente a futuros desafios, em particular, no domínio da prevenção civil de crises

e transformação de conflitos. A reivindicação da Comissão Horta* sobre as forças de manutenção da paz das Nações Unidas (relatório HIPPO) como resposta a novos tipos de conflitos e da Comissão Töpfer* sobre a estrutura institucional do sistema das Nações Unidas para implementação da Agenda 2030 representam módulos fulcrais de uma arquitetura de paz e segurança global. A Alemanha deveria, igualmente, envidar esforços para assegurar apoio político e material ao novo secretário-geral da ONU para a execução das mudanças iminentes no sistema das Nações Unidas. Um enfraquecimento da ONU seria fatal no nosso mundo globalizado. O governo alemão aspira a um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU em 2019. Defendemos que o incremento da prevenção civil de crises e transformação de conflitos deveria ser um objetivo prioritário no processo de candidatura. Nesse sentido, a Alemanha deveria traçar um balanço intermediário das reformas e apresentar propostas concretas em 2018 para abrir o caminho para outras medidas urgentes.

■ Ante o rearmamento e o aumento das exportações de armas, a Alemanha deveria defender, na esfera internacional, um **controle mais restritivo do comércio de armas e uma renovação dos acordos de controle de armas convencionais**, entre outros, no âmbito da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). As reflexões, no nível nacional, sobre uma política de exportação de armas mais restritiva, exigindo, por exemplo, uma aprovação do Parlamento Federal ou prevendo um direito de veto do Parlamento Federal em caso de exportações para “países terceiros” deveriam avançar de forma sistemática.

■ **Negociações diplomáticas** firmes continuam sendo um instrumento efetivo da pre-



venção civil de crises no plano internacional. Os resultados das negociações com o Irã sobre o seu programa nuclear comprovam que um engajamento em prol de uma resolução cooperativa e pacífica vale a pena. Ao assumir o papel de mediador confiável, a Alemanha tem a chance de dar uma contribuição política significativa e perene para a gestão internacional de crises. Paralelamente, a Alemanha deveria aproveitar a boa reputação na seara da política externa, conquistada pela sua postura moderada, a fim de expandir a diplomacia preventiva e a promoção civil da paz para que se transformem em elementos centrais da política externa europeia bem como das relações transatlânticas.

■ A Alemanha deveria empenhar-se para que na implementação da **dimensão da paz na Agenda 2030** sejam obtidos resultados ambiciosos, inclusive com compromissos voluntários (entre outros, no âmbito do G20). Em especial, deveria haver iniciativas para que países frágeis e envolvidos em conflitos não sejam deixados de lado na execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS ou *SDG* em inglês). Para evitar que isto ocorra, é fundamental que as perspectivas da política de paz também sejam consideradas no tratamento das questões estruturais globais. Concomitantemente, dever-se-ia investigar mais a fundo como as consequências negativas da nossa própria atuação afetam as dinâmicas de conflitos alhures, por exemplo, avaliando o impacto de todas as decisões políticas e de todos os projetos de lei sobre a paz.

■ Os movimentos migratórios e de refugiados dos últimos anos aproximaram as crises multifacetadas e cada vez mais violentas da Europa. Em função disso, a cooperação para o desenvolvimento começou a concentrar-se mais no combate das causas dos fluxos migratórios, correndo o risco de pensar em períodos mais

e mais curtos, quando, devido às condições sócio-políticas gerais nas esferas locais e aos fatores internacionais, como lavagem de dinheiro ou comércio de armas, seria necessário um enfoque mais a longo prazo para conseguir um **tratamento eficaz das causas de conflitos**. Essa situação requer uma aliança estreita entre os vários ministérios e departamentos alemães e os parceiros internacionais.

■ Nos casos em que há uma escalada de conflitos violentos ou essa escalada já ocorreu, a busca de soluções políticas também precisa recorrer a **medidas de estabilização eficazes no curto prazo**. O objetivo dessas ações é influenciar a dinâmica política para diminuir a violência e criar as pré-condições para alcançar uma solução dos conflitos que seja inclusiva e sustentável. Uma rápida melhoria das condições de vida da população pode contribuir para esse esforço, se elevar a confiança das pessoas que um futuro de paz é possível. No centro das medidas de estabilização deve figurar um processo político acompanhado de ações diplomáticas. Medidas humanitárias e de política de segurança e desenvolvimento podem subsidiar o processo de estabilização. Sobretudo, é primordial desenvolver projetos individuais para cada contexto local, elaborar análises políticas detalhadas e prever um controle flexível das medidas. Além disso, é preciso que haja a disposição para um engajamento à altura em um ambiente de alto risco. Sem esquecer que são necessários processos que garantam uma mobilização rápida de recursos, mas sem descuidar dos padrões tradicionais de um trabalho de projeto sensível em relação aos conflitos.

■ Intervenções armadas sob bandeira humanitária que invocam uma “responsabilidade de proteger” (*Responsibility to Protect* ou *R2P*), mas que na realidade tem por objetivo uma “mudança de regime”, tornaram-se



um cenário aparentemente legítimo da gestão de conflitos. Isso prejudicou as iniciativas de estabelecer a **R2P como um princípio do direito internacional**. Em quase todas os casos, as mudanças de regime praticadas por via violenta revelaram-se uma falácia, aliás em alguns casos até houve um acirramento de conflitos violentos ou foram produzindo novos. Diante das consequências da guerra no Iraque e na Líbia, a Alemanha deveria se opor à noção das “soluções fáceis”, ainda propagada por certos círculos, e consolidar e reforçar o cerne da “responsabilidade de proteger” no âmbito das Nações Unidas e das Organizações Regionais. A proteção dos grupos mais vulneráveis em zonas de guerra ou crise deve ter primazia absoluta, tanto com contribuições próprias (por exemplo, no contexto do *peacekeeping* da ONU), quanto através da padronização inequívoca e aplicação consistente de regras de conduta com prestação de contas para os Estados Membros.

■ Enquanto não houver uma codificação e aplicação da R2P no direito internacional, nem a Alemanha nem a União Europeia podem ficar passivas diante de situações de crimes em massa ou genocídio iminentes. As opções civis de ações preventivas e reativas estão longe de estarem esgotadas. Assim, por exemplo, os processos penais movidos pela procuradoria geral da Alemanha, envolvendo criminosos de guerra da Síria, contam atualmente apenas com um mínimo de pessoal. Urge fazer um **inventário dos instrumentos e das lacunas existentes** em todas as áreas, a seguir, esse levantamento poderá servir de base para melhorias direcionadas.

■ No assim chamado treinamento ou preparação de instituições de segurança em países parceiros é necessário certificar-se de que haja uma **boa governança, um controle democrático e uma prestação de contas do setor de**

segurança. Isso exige estratégias integradas, acompanhadas politicamente e cuja eficácia deve ser monitorada constantemente. Ademais, deve haver a possibilidade de controle por parte de parlamentos, justiça e sociedade civil. Trata-se ainda de evitar cortes nas rubricas orçamentárias para as políticas de paz e desenvolvimento a favor de despesas com treinamentos militares.

■ Considerando o **tratamento humano de migrantes, refugiados e pessoas deslocadas** é crucial que nos orientemos nos acordos internacionais, que os mesmos sejam ratificados e implementados no plano nacional. Seria oportuno que o governo alemão apoiasse a implementação da Convenção 97 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalhadores migrantes ou as propostas da UNICEF relativamente aos acordos sobre a proteção de crianças. O Pacto Global sobre Refugiados e o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, ambos a serem aprovados no final de 2018, constituem o *framework* para o futuro nesse contexto.

■ É fundamental impulsionar uma **cooperação estreita com os parlamentos** em países abalados por crises. A prevenção de crises e a transformação de conflitos têm de ser incorporadas de forma efetiva nos processos parlamentares. O intercâmbio e o diálogo entre o Parlamento Federal e os parlamentos dos países parceiros deve ser estabelecido como parte integrante do trabalho de prevenção de crises “in loco”. Apoiar parlamentares de países em crise por meio de cooperação, consultoria e reconhecimento internacional faz parte dessa estratégia. Nos programas de cooperação do Parlamento Federal com outros parlamentos deveria ser incluído mais um capítulo, a saber, a “Cooperação no âmbito da prevenção civil de crises”, prevendo o envolvimento das respectivas organizações da ONU e a consi-



deração dos acordos parlamentares internacionais.

■ A Alemanha deveria ser um exemplo, no que diz respeito à continuação e realização do Plano de Ação Nacional para **implementação da resolução 1325** e observação dos critérios da OSCE relativos a abordagens centradas nos impactos (*impact-oriented approaches*). Os aspectos da igualdade de gênero deveriam igualmente ser parte integrante da política do governo alemão em todas as fases da resolução de conflitos, indo além da mera promoção e apoio do engajamento de mulheres nas missões de paz e atividades da promoção da paz.

■ Os esforços alemães de apoiar métodos como **justiça de transição, reconciliação com o passado ou processamento da história bem como medição de conflitos** devem ter continuidade. Todas as áreas nos locais de crise carecem de especialistas capacitados e reconhecidos, que sejam profissionais da sua área e sensíveis a conflitos. Muitas vezes as organizações da sociedade civil possuem melhor acesso aos atores locais e, por isso, podem apoiar esses processos de maneira mais eficiente. Defendemos a consulta de especialistas experientes em mediação, segundo o modelo suíço, nas estruturas das representações diplomáticas em países suscetíveis a crises.

2.3 Reforço estrutural da promoção da paz

Um fomento efetivo da paz exige uma política de paz claramente articulada, além de uma abordagem que siga uma estratégia interdisciplinar, desenvolvida em rede e consistente do ponto de vista conceitual. Não por último, este apoio requer recursos pessoais, institucionais e financeiros suficientes. Contudo, o que também se faz necessário, é uma discussão honesta para avaliar onde e por que o nosso empenho não foi bem-sucedido até agora.

Consideramos as seguintes medidas imprescindíveis para um fortalecimento estrutural da promoção da paz, entre outros:

■ A criação de **plataformas interdisciplinares** para uma antecipação de crises, para análises e um aprendizado voltado para os processos. Esses mecanismos podem aperfeiçoar a gestão do conhecimento e das interfaces, ajudando a estabelecer a promoção da paz como tema transversal e assim permitir uma cultura do erro e da aprendizagem institucionalizada através da cooperação baseada na confiança.

■ A **medição do sucesso** constitui um desafio para todo e qualquer tipo de fomento da paz. O desenvolvimento de métodos para uma avaliação sistemática dos processos poderá, certamente, ser útil para melhorar a verificação e correção da nossa atuação. Aliás, os resultados das avaliações podem deixar os sucessos obtidos no longo prazo mais visíveis, o que poderá, por sua vez, contribuir para que haja um maior apoio político e público. Nesse contexto, deveriam ser aproveitadas, por exemplo, as avaliações das “parcerias para a transformação” atualmente sendo realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

■ As **regras orçamentárias e os instrumentos de financiamento** necessitariam de uma adaptação para viabilizar um trabalho de projeto flexível e de longo prazo, tanto interna quanto externamente. Em analogia ao relatório anual sobre controle armamentista deveria ser instituído um “relatório anual do governo alemão sobre prevenção civil de crises e gestão civil de conflitos”, a ser deliberado e aprovado pelo Parlamento Federal como o relatório mencionado.

■ É elementar superar a especialização estanque na política, na ciência e na prática. Uma



comunicação direta no eixo vertical (Federação, Estados, Municípios) e no eixo horizontal (organizações estatais, não-estatais ou da sociedade civil) pode auxiliar no desenvolvimento de capacidades de análise conjuntas e de abordagens eficientes e viáveis que envolvam toda a sociedade.

Não faltam boas intenções. O debate atual na Alemanha, em torno das novas diretrizes do governo alemão designadas “Evitar crises, superar conflitos, promover a paz”, mostrou que é possível desenvolver muitas ideias boas sobre as diferentes maneiras de incorporar a promoção da paz na política externa e de segurança através de uma ampla participação pública.

Esperamos, não obstante, um aumento bem mais expressivo dos recursos, compatível com essa tarefa e o grau de responsabilidade envolvido.

* Observação da tradutora: Refere-se ao Nobel da Paz Ramos Horta

** Observação da tradutora: Refere-se a Klaus Töpfer, ex-ministro do meio ambiente da Alemanha



Autores

O presente artigo, elaborado por **Edelgard Bulmahn**, **Hans-Joachim Giessmann**, **Bodo Schulze** e **Andreas Wittkowsky**, está baseado em comentários e respostas do “Grupo de trabalho sobre prevenção civil de crises e gestão civil de conflitos”, criado em 2011 pela Friedrich-Ebert-Stiftung, o qual organiza reuniões com especialistas em questões de paz e segurança da ciência, política e prática. Os autores aproveitam a oportunidade para agradecer a todos os participantes do grupo de trabalho por terem contribuído significativamente para o êxito do projeto.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

